

Conclusões e recomendações gerais da Mesa Redonda

Conclusions and General Recommendations of the Round Table

F.

Nos últimos anos, surgiram diversas iniciativas pan-africanas consideradas promissoras, com o objectivo de dar resposta aos problemas económicos e políticos do continente (União Africana, NEPAD, Conselho de Paz e Segurança, mecanismo de «revisão pelos pares», etc.)

Quais as acções prioritárias realistas a tomar no sentido de apoiar este processo de governação política, de integração regional e continental e de integração de África na economia mundial?

Qual a melhor forma de a comunidade internacional, incluindo a União Europeia, apoiar o processo de mudança em África? Quais os passos necessários para contribuir de forma efectiva para a redução da pobreza, cancelamento da dívida e integração gradual de África na economia mundial?

Do debate da mesa redonda destacam-se as seguintes propostas para prioridades da acção:

É importante assegurar que as instituições africanas possuem as capacidades necessárias para estabelecer e para negociar a agenda da política de desenvolvimento. Foi feita referência à assimetria entre as capacidades africanas e europeias e ao diferente grau de preparação para o diálogo. Salientou-se a necessidade de África possuir igualmente algum tipo de organismo que poderia desempenhar um papel na preparação da agenda de desenvolvimento segundo uma perspectiva africana, similar ao tipo de fórum existente no Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE.

Existe a necessidade de um mecanismo de desenvolvimento das capacidades próprias adequadas relativamente às questões comerciais, o qual poderia ser integrado nas iniciativas da NEPAD e da UA. É essencial que África esteja melhor equipada e preparada para desempenhar o seu papel nas negociações comerciais e na integração na economia mundial. Mais do que o debate sobre a ajuda ao desenvolvimento, o comércio constituirá no futuro o principal campo de batalha das negociações. Foi mencionado que a Comissão da UA possui já actualmente uma direcção geral de comércio, que terá como objectivo, entre outros, assegurar uma melhor coordenação e coerência entre as várias sub-regiões no que respeita às negociações em curso com a UE.

A UE deveria expressar um compromisso de longo prazo na área da governação política, o que significa não operar de forma reactiva, *ad-hoc*, nem dominar ou impor a agenda. Foi mencionado que a União Africana e as iniciativas tomadas nesse quadro pertencem aos próprios africanos e que todas as respostas da UE deverão ter em conta o quadro já existente ao nível continental. Por exemplo, o mecanismo de «revisão pelos pares»

Conclusões e recomendações gerais da Mesa Redonda¹⁰⁶

1. Desenvolvimento institucional e cooperação

O reforço de capacidades na política de desenvolvimento

O reforço de capacidades no comércio

O apoio da UE a iniciativas endógenas da África sobre questões de governação

oferece actualmente uma oportunidade de diálogo construtivo no sentido de promover e melhorar a boa governação em África pelos próprios africanos. A Europa poderia realizar contribuições importantes no apoio a estes mecanismos, evitando simultaneamente desempenhar um papel de domínio no seio dessas iniciativas.

O apoio da UE às iniciativas africanas no campo da paz e da segurança

A União Europeia pode ser um interveniente privilegiado no que respeita ao apoio operacional directo para a criação do Conselho de Paz e Segurança da UA, nomeadamente colocando ao dispor das iniciativas emergentes em África toda a sua longa experiência em sistemas de alerta precoce (*early warning*) e no contexto da NATO.

2. Governação e direitos humanos

Existe reconhecidamente um compromisso crescente de África no sentido da boa governação, da democratização, do respeito pelo Estado de Direito e pelos direitos humanos ao nível nacional, regional e continental.

Quais as medidas prioritárias a tomar no sentido de fortalecer as instituições africanas e apoiar processos em curso na área da governação e dos direitos humanos? De que forma pode a sociedade civil desempenhar um papel construtivo nestes processos?

De que forma pode a UE aumentar o seu apoio às instituições estatais (administração, instituições judiciais, polícia, parlamentos...) e aos actores não-estatais (órgãos de informação independentes, actores socio-económicos, sociedade civil em sentido amplo, etc.), por forma a contribuir de forma mais eficaz para os esforços africanos na área da governação? Como poderá a UE apostar e envolver-se num diálogo político construtivo com África relativamente a estas questões, respeitando a propriedade africana do processo?

Foram recomendados os seguintes pontos de acção:

Fornecer apoio aos parlamentos e instituições judiciais

Uma das prioridades-chave mencionada no debate foi a necessidade de apoiar os parlamentos africanos e o sistema judiciário, enquanto poderes de equilíbrio entre os Governos e a sociedade. Várias iniciativas são urgentes nesta fase. É surpreendente verificar que o Acordo de Cotonou coloca maior ênfase na sociedade civil não-eleita do que nos órgãos parlamentares eleitos, que constituem um dos maiores garantes da consolidação dos processos democráticos. Com efeito, os parlamentos tendem a ser negligenciados nos debates sobre governação e direitos humanos. É necessário salientar, porém, o número crescente de iniciativas que tentam preencher este vácuo, tais como acções de apoio prestadas pelo Parlamento Europeu, pela Comissão Europeia, pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), pelo fórum parlamentar da Commonwealth, etc.

Melhorar os sistemas eleitorais em África

Deve ser dada atenção prioritária ao melhoramento dos sistemas eleitorais, nomeadamente através do apoio a comissões eleitorais independentes e de uma maior participação de observadores eleitorais africanos. Foi considerado inaceitável que em diversos processos eleitorais africanos a UE enviasse um vasto número de observadores europeus, enquanto a União Africana se debate com falta de meios para poder simplesmente ter presentes nos actos eleitorais observadores de países africanos.

Existe um consenso generalizado quanto à necessidade de a sociedade civil, em toda a sua diversidade, desempenhar um papel de importância crescente nas sociedades africanas. As organizações de direitos humanos e as associações cívicas independentes deveriam poder beneficiar de liberdade de actuação em todos os países. Foi feita menção especial à necessidade de os órgãos de informação independentes receberem maiores apoios, uma vez que são encarados como um sector influente na sociedade, cujas actividades podem contribuir para uma maior transparência e controlo.

O papel crucial dos órgãos de informação

O papel das companhias transnacionais com sede na Europa, e no Ocidente, em geral, deverá ser analisado em profundidade, uma vez que estas têm larga influência na tomada de decisões políticas em muitos países africanos.

Melhorar os mecanismos de controlo das companhias transnacionais

As instituições e capacidades africanas – ao nível continental, regional, nacional e local – necessitam de ser reforçadas, por forma a responderem mais eficazmente às causas estruturais das crises, a prevenirem o despoletar da violência, a gerirem e a contribuírem para a resolução de conflitos políticos e sociais.

3. Resolução de conflitos e promoção da paz

Como apoiar e consolidar os progressos dos últimos anos, particularmente em termos de boa governação, iniciativas de mediação regional e operações de manutenção da paz? Quais as lições a retirar destas iniciativas africanas?

Que papel pode a Europa desempenhar no apoio a estes esforços, principalmente em termos de criação e reforço de instituições aos níveis continental, regional e local?

O Conselho de Paz e Segurança, recentemente criado, representa um grande passo em frente na criação de capacidades africanas. O processo pertence aos africanos, mas exige também um forte apoio internacional e, nesse contexto, surgiram várias sugestões:

Os esforços de mediação europeus e africanos que até agora têm sido levados a cabo em situações de conflito necessitam de ser debatidos e melhorados. Os intervenientes na mesa redonda mostraram-se consideravelmente críticos no que respeita ao facto de as iniciativas de mediação terem funcionado de forma deficiente e disfuncional em várias partes de África, nomeadamente na região dos Grandes Lagos. Estes falhanços foram devidos essencialmente a: falta de clarificação sobre o que é necessário num processo de mediação, falhas de informação e de consulta entre os actores envolvidos, rivalidade entre enviados especiais (cada um com a sua perspectiva própria), competição entre países africanos pela apropriação dos processos de mediação, etc. No futuro, é imprescindível que os parâmetros e regras de procedimento dos processos de mediação sejam claramente definidos. Entre os elementos que merecem uma maior atenção, podem contar-se:

Clarificar os processos de mediação nos conflitos africanos

- o perfil e mandato do mediador, uma vez que a competência dos mediadores é encarada como um dos maiores problemas na maior parte dos processos de negociação;

- a criação e reforço das capacidades de mediação, incluindo técnicas e conhecimentos específicos relativos a estes processos (por exemplo, definindo um mediador principal, acompanhado de equipas competentes de mediadores com conhecimentos técnicos sólidos);
- maior coerência entre os diversos instrumentos da União Europeia de prevenção, gestão e resolução de conflitos.

Adoptar uma perspectiva de longo prazo A este respeito, foi referido que a criação de um conflito violento pode levar dois anos, enquanto a reconstrução e resolução duradoura do conflito demora usualmente o dobro desse tempo. É importante que não sejam impostas soluções e modelos de curto prazo, mas sim que exista uma intervenção de longo prazo no processo de mediação e de resolução do conflito.

Desenvolver a capacidade da União Africana para realizar acções efectivas de mediação e de gestão de conflitos A Comissão da UA demonstra grande vontade política para investir nesta área, mas não se encontra ainda devidamente equipada para o fazer. Nesse sentido, torna-se necessário desenvolver uma reflexão urgente sobre como fornecer essa capacidade, quais os tipos de formação que devem ser prestados, que tipo de operação conjunta pode ser levada a cabo com os parceiros europeus, e ainda quais os acordos de financiamento necessários para permitir que a UA possa executar as tarefas de mediação e de gestão de conflitos, de forma efectiva e sustentável.

Foram igualmente debatidas uma série de questões gerais e transversais aos três temas, tendo surgido diversas recomendações:

Integrar as questões da governação nos sistemas educativos africanos Foi considerado fundamental que o sistema educativo dos países africanos reserve um lugar para as questões da paz e dos direitos humanos. Simultaneamente, fez-se um apelo à promoção da cooperação entre universidades europeias e africanas, em particular para tratar de temas de longo prazo relativos à governação e ao desenvolvimento.

Renovar o diálogo cultural entre os dois continentes Tanto África como a Europa precisam de reflectir sobre o tipo de relacionamento que pretendem desenvolver no futuro. Será um tipo de relação com benefícios para ambas as partes e baseada no respeito mútuo, ou continuará ainda a ser afectada por princípios subjacentes à colonização e ao neo-colonialismo? Serão os valores defendidos pelo UE – tais como a governação, os direitos humanos e a democracia – «valores universais», partilhados por todos os europeus e africanos, ou existem percepções variadas relativamente a estes temas? Finalmente, é também necessário encetar um diálogo relativo às diferentes formas de *ownership*, isto é de participação e apropriação dos processos, das decisões, dos resultados. Existe uma falta de clarificação óbvia deste conceito.

In recent years a series of promising pan-African initiatives have been adopted to address the political and economic problems of the continent (the African Union, NEPAD, the Peace and Security Council, and the African Peer Review Mechanism, for example).

What actions should be prioritised that sustain political governance processes, African continental and regional integration, and African international economic integration? How can the international community and the EU best support processes of change? What steps can be taken to contribute effectively to poverty reduction, debt cancellation and the gradual integration of Africa in the world economy?

The Round Table proposed the following priorities:

Ensuring that African institutions have the necessary capacities to determine and negotiate the development policy agenda: the Round Table referred to the asymmetry between African and European or Western preparation for dialogue. It was noted that Africa needs a body to prepare the development agenda from an Africa perspective, similar to the OECD-Development Assistance Committee (DAC) forum.

A mechanism is needed to ensure trade capacity development as part of NEPAD and AU initiatives, as Africa must become better equipped to play a role in trade negotiations and to integrate successfully with the world economy. Trade rather than development aid is the real battlefield of the future. The AU Commission has a trade directorate now that will attempt to ensure coherence between the various African sub-regions when it comes to negotiations with the EU.

The EU must make a long-term commitment to political governance, and cease to operate in an ad-hoc manner or to dominate the agenda. Africans own the AU and its initiatives and all European responses should take on board African AU&NEPAD initiatives. The African Peer Review Mechanism, for instance, presents a constructive dialogue forum for Africans to improve good governance. Europe can support this and other such mechanisms but must avoid playing an overly dominant role.

The European Union can provide valuable direct operational support for the creation the African Peace and Security Council. Among other initiatives, this support could include the provision of expertise for the establishment of early warning systems or support for African initiatives in the context of NATO.

African countries are increasingly committed to governance, democratisation, the rule of law and respect for human rights at the national, regional and continental levels.

What should be the priorities to strengthen African institutions and sustain ongoing governance processes and efforts to protect human rights? How can African civil

Round Table Conclusions and General Recommendations¹⁹⁷

1. Institutional Development and Cooperation

Capacity Building for Development Policy

Capacity Building for Trade

EU Support for Home Grown African Governance Initiatives

EU Support for African Peace and Security Initiatives

2. Governance and Human Rights

societies play a constructive role? How might the EU increase and adjust its support for state institutions (public administration, the judiciary, police forces and parliaments) and non-state actors (the independent media, socio-economic actors, and various civil society groups) to contribute most effectively to African governance efforts? How might the EU engage in a constructive political dialogue with Africa on these issues, while respecting African ownership?

The following actions were recommended:

Support for Parliaments and Judiciaries A key recommendation was providing support for African parliaments and the judiciaries as check and balance institutions mediating between governments and societies. Surprisingly, the Cotonou Agreement pays more attention to non-elected civil society groups than to elected parliaments. Parliaments are the neglected dimension in the governance and human rights debate. There are an increasing number of initiatives that fill this void, however, such as parliamentary support initiatives by the European Parliament, the European Commission, the UNDP, the Commonwealth parliamentary forum, and others.

Improving Electoral Systems More attention should be paid to the reinforcement and improvement of electoral systems in Africa. Support should be given to independent electoral commissions and there should be stronger participation by African electoral observers. The Round Table concluded that it is unacceptable that the EU sends many observers while the AU lacks the means to send African election observers.

Understanding the Role of TNIs There is broad agreement that civil society in all its dimensions should play an increasing role in governance issues. Human rights organisations and independent civic committees should be allowed work effectively. A special mentioning was made of the need to increase support for independent media outlets, as a major force ensuring accountability.

The role of Western and European based trans-national institutions (TNIs) must be analysed more fully, as they have a strong influence on African policy making.

3. Conflict Resolution and the Promotion of Peace African institutions and capabilities (at the continental, regional, national and local levels) must be strengthened so that they may better address the structural causes of crises, prevent the outbreak of armed violence, and effectively manage and resolve social and political conflicts.

How to sustain recent progress, particularly with effective governance, regional mediation initiatives, and peace-keeping operations? What lessons can be learned from African initiatives in these fields? What role can Europe play to support such efforts, particularly national, sub-regional and continental institution-building?

The Peace and Security Council is a major African-owned process that requires strong international support. In that context, the following recommendations were made:

European-African mediation efforts should be assessed because they have not worked well and have been dysfunctional in various countries (including the Great Lakes region). These failures were due to a lack of clarity regarding the needs for mediation, lack of consultation among actors involved, rivalry between special envoys (each with their own view or agenda), or competition between African countries over the ownership of mediation processes. This means that the procedures and goals of mediation must be defined clearly. Elements that deserve more attention include the profile and the mandate of the mediator (given that the competence of mediators is one of the major problems of most negotiating and mediation processes); capacity building for mediation including specific mediation skills (providing chief mediators with competent teams of skilled mediators); more coherent EU instruments for conflict prevention, management and resolution.

Clarity Regarding Mediation in African Conflicts

Open conflicts take years to gestate and solutions to conflicts and reconstruction take twice as long to evolve. There are no short-term solutions and models - long term engagement in mediation and conflict resolution is therefore essential.

Adopting Longer-Term Perspectives

The AU Commission is willing to invest in conflict mediation and management, but it is not yet equipped to do so. It is necessary to reflect on how the AU can be equipped to handle this task, the kind of training that should be provided, the type of joint operation that might be undertaken with European partners, or the kind of funding arrangements that should be established to ensure that the AU Commission executes mediation and conflict management tasks effectively.

Developing AU Capacities to Mediate and Manage Conflicts Effectively

A number of relevant *generic issues* were also discussed:

African education systems should address human rights and peace issues, and cooperation between African and European universities, particularly to address long term governance and development issues, should be promoted.

Integrating Governance Issues in African Education Systems

Africa and Europe should reflect on the type of relationship they want to develop in the future, and how to establish mutually beneficial relations based on respect rather than on the principles of colonisation or neo-colonisation. Are the values put forward by the EU such as governance, human rights or democracy “universal values”, shared by Europeans and Africans alike, or do perceptions differ? Finally, a dialogue should be initiated about different the ownership of processes, decisions, and results and the meaning of ownership itself.

A Renewed Cultural Dialogue between Europe and Africa

Footnotes

1. Para uma análise mais detalhada sobre os últimos desenvolvimentos nas diferentes áreas do diálogo euro-africano, ver a Comunicação da Comissão ao Conselho *The EU-Africa Dialogue*, Junho 2003. http://europa.eu.int/eur-lex/en/com/cnc/2003/com2003_0316en01.pdf
2. Foi elaborado um plano de acção relativo ao tráfico de pessoas (para ser adoptado na Cimeira de Lisboa). Um programa preliminar sobre democracia, governação e direitos humanos foi recentemente apresentado à parte europeia. A UA aprovou uma convenção de combate à corrupção.
3. For a detailed analysis of the recent developments in the several areas of the Europe-Africa dialogue, see the Communication from the Commission to the Council *The EU-Africa Dialogue*, June 2003. http://europa.eu.int/eur-lex/en/com/cnc/2003/com2003_0316en01.pdf
4. On human trafficking, a plan of action was elaborated (to be adopted in the Lisbon Summit). A preliminary Programme on democracy, governance and human rights was recently presented to the European side. The AU approved a Convention against corruption.
5. À data da Conferência, era Presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). O presente texto resulta de uma adaptação da transcrição dos discursos então proferidos na sessão de abertura e de encerramento.
6. À data da Conferência, Director Horn of Africa, East and Southern Africa, Indian Ocean and Pacific, DG Desenvolvimento, Comissão Europeia.
7. Former secretary general of UN Commission for Africa, Executive Director of the African Centre for Development and Strategic Studies, Nigeria.
8. À data da Conferência, coordenador residente da ONU e representante residente do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Brasil.
9. MP, South Africa.
10. À data da Conferência, investigador do Institute for Security Studies, Pretória, África do Sul. Este artigo inspira-se num projecto do Institute for Security Studies para o estabelecimento de uma rede continental africana de alerta antecipado, sob o título *Maintaining the link between good governance, democracy and conflict prevention: The Establishment of a Civil Society Partnership on Early Warning and Conflict Prevention in Africa*, apresentada pelo seu Director, Dr Jakkie Cilliers a uma mesa de doadores na Etiópia durante o mês de Março de 2004.¹¹ Ver a Declaração da Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana sobre o Estabelecimento, no seio da OUA, de um Mecanismo para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, Vigésima Nona Sessão Ordinária, Cairo, 28 a 30 de Junho de 1993. O documento está disponível em www.iss.co.za.
12. O Parágrafo 15 da Declaração do Cairo estipula que «o Mecanismo terá como objectivo principal a previsão e prevenção de conflitos. Em situações em que se registam conflitos, será da sua responsabilidade levar a cabo actividades de mediador e de construção da paz de forma a facilitar a resolução destes conflitos (...) Ao estabelecer estes objectivos, estamos profundamente convencidos que uma acção imediata e decisiva nestas áreas evitará, em primeiro lugar, a emergência de conflitos e, onde estes, inevitavelmente, ocorrerem, evitará que degenerem em conflitos intensos e generalizados. A ênfase sobre medidas de antecipação e de prevenção e acções concertadas de mediação e construção da paz, neutralizarão a necessidade de recurso a operações complexas de paz e de grandes exigências de meios, que os nossos países terão dificuldade em financiar». Organização da União Africana, *op cit*, parágrafo 15.
13. A unidade, com um pequeno grupo central de funcionários civis e oficiais militares, foi subsequentemente equipada com os recursos necessários de telecomunicações.
14. É significativo que apesar de 6% das contribuições regulares dos Estados membros serem atribuídas ao Fundo da Paz, o montante correspondente aos atrasos nos pagamentos das quotas dos membros à OUA e agora à UA, é normalmente superior ao orçamento anual da organização.
15. Este primeiro seminário recomendou que os sistemas de pré-aviso deveriam, entre outros:
 - «operar sob o controlo exclusivo da OUA»;
 - «não apenas [estarem envolvidos] na colecta, análise e disseminação de informação e de tomadas de decisão informada, mas também, e de forma mais crítica (...) proporcionar o quadro para a implementação real e atempada de acções diplomáticas e preventivas»;
 - «identificar pontos focais [para o fornecimento de informações] ao nível de Estados membros, organizações regionais e outras partes interessadas»; e
 - apoiar o «respeito dos direitos humanos, participação popular, liberdade de expressão, transparência e responsabilidade» e também «fazer a monitorização...de indicadores sócio económicos»;A estas recomendações, o seminário acrescentou várias recomendações especificamente à OUA, nomeadamente:
 - «que a OUA deveria considerar um fórum consultivo aberto das ONG que se reuna regularmente em Addis Abeba para proporcionar os seus conhecimentos ao Secretariado da OUA»;
 - «que a OUA deveria obter um inventário de projectos relevantes [bases de dados] e explorar como as ligações com tais bases de dados poderiam melhorar a capacidade operacional do Mecanismo»;
 - «que a OUA considere publicar um estudo anual sobre os conflitos no continente»; e
 - «que seja estabelecido um mecanismo de seguimento na forma de um grupo de estratégia para assistir a OUA no planeamento estratégico relacionado com o estabelecimento do previsto Sistema de Alerta Antecipado».Consultar o Instituto para a Política de Defesa (Institute for Defence Policy) [o nome anterior do Institute for Security Studies], Documento Nº. 1, *Summary Record of the Seminar for the Establishment, within the OAU, of an Early Warning System on Conflict Situations in Africa*, Fevereiro de 1996, www.iss.org.za.
16. Por exemplo, enquanto a OUA esteve profundamente envolvida com a ONU, com os EUA e com a UE nas várias tentativas de prevenção da guerra entre a Etiópia e a Eritreia, com a África do Sul na última fase do conflito nas Comoros, ou com a França e o Senegal em Madagáscar, a organização esteve, duma forma geral, ausente da Somália, do Sudão, da Angola, da RD Congo, da Serra Leoa e da Libéria.
17. Em relação a esta matéria, consultar o excelente relatório escrito para a agência Norueguesa SIDA por Katarina Engberg sob o título *Estudo de Impacto do Mecanismo da OUA para a Gestão de Conflitos*, Embaixada da Suécia, Addis Abeba, 25 de Junho de 2002, pág. 5.
18. Os EUA foram os maiores contribuintes para o Fundo da Paz, particularmente durante os anos iniciais da Administração Clinton.

19. Engberg, *op cit.*, pág.39
20. A este respeito, o apoio da Comissão da União Europeia (estimado em 250 milhões de euros) para o Fundo da Paz assim como os contributos de vários parceiros (no grupo denominado «amigos da União Africana»), irão, com certeza, aumentar tal capacidade. De facto, a UA poderá aumentar a sua capacidade para enviar e manter missões limitadas de manutenção da paz, à semelhança da Missão da União Africana no Burundi (AMIB). Da mesma forma, o envolvimento da UA na gestão de conflitos, manter-se-á dependente da vontade de países essenciais, como a África do Sul, a Nigéria e gradualmente Angola, para se envolverem em nome da União. Tal envolvimento poderá apresentar-se de muitas formas, desde uma «coligação continental dos que têm boa vontade» (como acontece com os países que contribuem com tropas Africanas para o AMIB), até ao envolvimento pelos Estados vizinhos (como acontece com o processo de paz no Sudão), ou um envolvimento sub-regional através de organizações como a SADC ou ECOMOG (para o exemplo da Libéria e Costa do Marfim).
21. Artº 12 do Protocolo do CPS.
22. União Africana, Relatório do Workshop sobre o Estabelecimento do Sistema Continental de Alerta Antecipado (CEWS) da UA, [Workshop on the Establishment of the AU Continental Early Warning System (CEWS)], 30-31 de Outubro de 2003, Adis Abeba, Etiópia.
23. Artº 12(4) do protocolo do Conselho de Paz e Segurança CPS. 24. Artº 12(3) do protocolo do Conselho de Paz e Segurança CPS.
25. Artº 12(5) do protocolo do Conselho de Paz e Segurança CPS.
26. Artº 8(g) do protocolo do Conselho de Paz e Segurança CPS.
27. Artº 8(10) do protocolo do Conselho de Paz e Segurança CPS.
28. Artº 8(11) do protocolo do Conselho de Paz e Segurança CPS.
29. This text is the sole responsibility of the author and does not reflect the views of the United Nations.
30. À altura da conferência, fazia parte do Department for Disarmament Affairs, United Nations, New York.
31. À altura da Conferência, Central Africa Project Director, International Crisis Group.
32. *Congo success paves way for EU military option*, Reuters, 19.09.03. 33. Acting Director, Nairobi Peace Initiative-Africa.
34. The Prevention and Verification Commission (PVC) is one of the commissions of the Special Interim Administration established in Ituri. Interestingly, this commission is presided by the MONUC representative in Bunia, Mr Alpha Sow.
35. The Special Interim Administration is a consensual all-inclusive civilian administration set into place to replace Ugandan appointed authorities who had completely lost the support of majority of population in Ituri. The Interim Special Administration was a collective initiative of the UN mission in DRC, the government of DRC, the government of Uganda and representatives of all communities in Ituri.
36. The Nairobi Peace Initiative – Africa (NPI-Africa) is a Nairobi-based pan African peace resource organization, specialized in peace-building, conflict transformation and reconciliation on the continent of Africa. In 2004, NPI-Africa will celebrate its 20th Anniversary.
37. Director-Adjunto, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI).
38. Investigadora, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI).
39. A ULIMO tinha sido formada por antigos combatentes das forças armadas liberianas e outros apoiantes do regime de Samuel Doe, combatendo lado a lado com o governo da Serra Leoa contra a insurreição da Frente Unida revolucionária (*Revolutionary United Front* – RUF) de Foday Sankoh, forte aliado de Charles Taylor.
40. Senior Researcher, South African Institute of International Affairs (SAIIA), Johannesburg.
41. Net flows of Official Development Assistance to developing countries from the Development Assistance Committee members of the Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD) constituted over US\$ 52 billion in 2001. US\$ 13.9 billion of this went to sub-Saharan Africa. Source: The World Bank, *World Development Indicators 2003* (Washington: World Bank, April 2003), tables on p. 336 and p. 340.
42. IRIN, *Africa: Interview with Governance Expert Prof Okey Ornyekwe* (Addis Ababa: IRIN, 16 October 2003).
43. Royal Danish Ministry for Foreign Affairs, *Development Policy: Bilateral Assistance*, from the Ministry's Website (www.um.dk/english/dp/ba.asp).
44. *Ibid.*
45. Utenriksdepartementet (Royal Norwegian Ministry for Foreign Affairs), *Årsmelding fra Utenriksdepartementets Rådgivende Utvalg for Resultater i Utviklingspolitikken*, "Chapter Five: Evaluering av Utviklingspolitikken", on the Ministry's website, www.odin.dep.no/ud/norsk/p30000969/p30000916/032091-991639/index-dok000-b-n-a.html.
46. Greg Mills, 'NEPAD and the AU: Moving from Poverty to Prosperity in Africa', paper delivered to NEPAD seminar at the Portugal Africa Foundation (Porto: 2 October 2003).
47. See e.g. AU, *Memorandum of Understanding on Security, Stability, Development, and Cooperation in Africa* (Durban: Heads of State and Government First Standing Conference on Security, Stability, Development and Cooperation in Africa (CSSDCA), 8-9 July 2002); AU, *Lomé Declaration on Unconstitutional Changes of Government* (Lomé: AU, 2000); OAU, *Ouagadougou Declaration* (Ouagadougou: AU Summit, Doc. AHG/Decl. I (XXXIV), 8-10 June 1998), to mention some.
48. This is argued by the Centre for Global Development, which has developed a *Commitment to Development Index* that measures how well the aid, trade, migration, investment, peace-keeping and environmental policies of rich states are adjusted to contribute to development in poor countries. See CGD, 'Ranking the Rich', in *Foreign Policy Magazine*, May/June 2003, at www.foreignpolicy.com/story/printer.php?storyID=13656.
49. World Bank, *Global Development Finance 2003: Striving for Stability in Development Finance* (Washington: World Bank, 2003), chapter 7, 'Workers' Remittances: An Important and Stable Source of External Development Finance', p. 158.
50. *Ibid.*, p.159.
51. The Economist, *The Cancun Challenge* (London, 4 September 2003).
52. OAU and EU Heads of State and Government, *Cairo Declaration: Africa-Europe Summit under the aegis of the OAU and the EU* (Cairo: 3-4 April 2000).
53. Chris Alden is a Senior Lecturer with the Department of International Relations, London School of Economics and Political Science as well as an Associate Fellow of the Royal Institute for International Affairs. Karen E Smith is Senior

Lecturer with the Department of International Relations, London School of Economics and Political Science.

54. In December 1993, one of the first CFSP Joint Actions (a new type of decision introduced by the Maastricht Treaty) aimed to support the transition to a multiracial democracy in South Africa.
55. On this history, see in particular Enzo Grilli, *The European Community and the Developing Countries* (Cambridge: Cambridge University Press, 1993), pp. 335-6.
56. Patrick Manning, *Francoophone Sub-Saharan Africa, 1880-1995* (Cambridge University Press, 1998), pp. 202-3.
57. World Bank, *From Crisis to Sustainable Growth: a long term perspective*, (Washington, DC: IBRD 1989), p. 1.
58. Ole Elgström, 'Lomé and post-Lomé: asymmetric negotiations and the impact of norms', *European Foreign Affairs Review*, vol. 5, no. 2, 2000, p. 184.
59. Richard Youngs, 'European Union democracy promotion strategies: ten years on', *European Foreign Affairs Review*, vol. 6, no. 3, 2001, pp. 359-60.
60. Elgström, 'Lomé and post-Lomé', p. 191, and Richard Youngs, *Democracy Promotion: The Case of European Union Strategy*, Centre for European Policy Studies Working Document no. 167 (Brussels, 2001), pp. 41-6.
61. See the numerous EU documents on this subject, including: Council of the European Union, 'Common position of 2 June 1997 concerning conflict prevention and resolution in Africa (97/356/CFSP)', in OJ L 153, 11 June 1997, and 'Common position of 14 May 2001 concerning conflict prevention, management and resolution in Africa (2001/374/CFSP)', in OJ L 132, 15 May 2001; and European Commission, 'Communication on conflict prevention', COM (2001) 211 final, 11 April 2001.
62. See, for example, Council of the European Union, 'Common position of 25 May 1998 concerning human rights, democratic principles, the rule of law and good governance in Africa (98/350/CFSP)', in OJ L 158, 2 June 1998.
63. European Commission, 'Report on the implementation of measures intended to promote observance of human rights and democratic principles in external relations for 1996-1999', COM (2000) 726 final, 14 November 2000, p. 8, and 'Report on the implementation of the European initiative for democracy and human rights in 2000, SEC (2001) 801, 22 May 2001.
64. The classic case with respect to Africa being, of course, French foreign policy which has had its sources in a statutory office in the Elysee Palace, the Ministry of Foreign Affairs, the Ministry of Cooperation and the Treasury.
65. See Martin Holland, *The European Union and the Third World* (Basingstoke: Palgrave, 2002).
66. See Gordon Crawford, *Foreign Aid and Political Reform: A Comparative Analysis of Democracy Assistance and Political Conditionality* (Basingstoke: Palgrave, 2001), pp. 129-30.
67. One democratising country in central and eastern Europe, Romania, even inherited a budget surplus from its autarkic authoritarian past. The EU does not have competence over external debt, however, and is not owed vast sums of money by borrowers (partly because it does not loan large amounts of money to non-EU states): it is an issue for the Member States, which have dealt with this in fora such as the 'Paris Club'.
68. See, for example, the findings on FDI flows towards South Africa. Brendan Vicker, 'Foreign Direct Investment (FDI) Regime in South Africa', *Occasional Paper*, Institute for Global Dialogue/Centre for International Trade, Economics and the Environment (CUTS), November 2001.
69. Admittedly, this would entail a much greater willingness by the Member States to allow the EU to be a fora for discussing and dealing with the debt issue.
70. Transparency International, 'Corruption Perceptions Index 2003'. Previous surveys have rated Botswana higher than Belgium. www.transparency.org/pressreleases_archive/2003/2003.10.07.cpi.en.html
71. À altura da Conferência, Professor na Universidade de Coimbra.
72. Professor of Public International Law and researcher, Pedro Arupe Institute of Human Rights, University of Deusto (Bilbao). National Director of the European Master in Human Rights and Democratisation (Venice, Italy).
73. Heys, C.: 'The African Charter on Human and Peoples' Rights', in Gomez Isa, F. (Director) and Puzosa, J.M.: *La protección internacional de los derechos humanos en los albores del siglo XXI*, Universidad de Deusto, Bilbao, 2003, pp. 593-620. See also Evans, M. and Murray, R. (Eds.): *The African Charter on Human and Peoples' Rights: The System in Practice*, 1986-2000, Cambridge University Press, Cambridge, 2002.
74. Baimu, E.: 'The African Union: Hope for Better Protection of human rights in Africa?', *African Human Rights Law Journal*, Vol. 1, 2001.
75. For a general overview of the system of the Council of Europe see Carrillo Salcedo, J.A.: *El Convenio Europeo de Derechos Humanos*, Tecnos, Madrid, 2003.
76. On this, see Cançado Trindade, A.A.: 'El sistema interamericano de protección de los derechos humanos (1948-2002)', in Gomez Isa, F. (Director) and Puzosa, J.M.: *La protección...*, op. cit., pp. 547-592.
77. Naldi, G.J. and Magliveras: 'Reinforcing the African system of human rights: the Protocol on the Establishment of a Regional Court of Human and Peoples' Rights', *Netherlands Quarterly of Human Rights*, Vol. 16, 1998; Udombana, N.J.: 'Towards the African Court on Human and Peoples' Rights: Better late than never', *Yale Human Rights and Development Law Journal*, Vol. 3, 2000.
78. In this sense, compare Santos, B.: 'Hacia una concepción multicultural de los derechos humanos', in Gomez Isa, F. (Director) and Puzosa, J.M.: *La protección...*, op. cit., pp. 95-122.
79. Welch, C.E.: *Protecting Human Rights in Africa. Strategies and Roles for Non-Governmental Organizations*, University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1995.
80. For a general discussion on the dialectic tension between individual and collective rights see Gomez ISA, F.: 'El derecho de autodeterminación en el Derecho Internacional contemporáneo', en *Derecho de Autodeterminación y Realidad Vasca*, Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco, Vitoria-Gasteiz, 2002, pp. 267-324. Compare also Ojo, O.: 'Understanding Human Rights in Africa', in Berting, J. (Ed.): *Human Rights in a Pluralist World. Individuals and Collectivities*, Meckler, London, 1990, pp. 115-123; Vander Wal, K.: 'Collective Rights: A Western View', in Berting, J. (Ed.): *Human Rights in a Pluralist World. Individuals and Collectivities*, Meckler, London, 1990, pp. 83-98.
81. Madiot, Y.: *Considérations sur les droits et les devoirs de l'Homme*, Bruylant, Bruxelles, 1998; Meyer-Bisch, P. (Dir.): *Les devoirs de l'Homme. De la reciprocité dans les droits de l'homme*, Editions Universitaires, Fribourg Suisse- Editions du CERF, Paris, 1989.
82. Chapter II of Part I of the African Charter is exclusively devoted to the recognition of duties. It consists of three articles (art.

- 27, 28 and 29) establishing that "every individual shall have duties towards his family and society, the State and other legally recognized communities and the international community" [art. 27.1]. A list of several duties is enshrined in article 29, including "... the duty to preserve the harmonious development of the family...; to serve his national community by placing his physical and intellectual abilities at its service...; to preserve and strengthen social and national solidarity...; to work to the best of his abilities and competence, and to pay taxes imposed by law in the interest of the society...; to preserve and strengthen positive African values...; to contribute to the best of his abilities... to the promotion and achievement of African unity". An interesting commentary in this respect by Mbaya, E.R.: "Symétrie entre droits et devoirs dans la Charte Africaine des Droits de l'Homme", en Meyer-Bisch, P. (Dir.): *Les devoirs de l'Homme...*, op. cit., p. 49.
83. Rahman, A. and Toubia, N.: *Female Genital Mutilation. A Guide to Laws and Policies Worldwide*, Zed Books, New York, 2000.
 84. See the chapter devoted to the relations between Islam and Human Rights in Kabunda Badi, M.: *Derechos Humanos en Africa. Teorías y Prácticas*, Universidad de Deusto, Bilbao, 2000.
 85. We must take into account that the right to development has African roots, since it is a jurist from Senegal the first one in mentioning it at an International Conference in Strasbourg in 1972, M'baye, K.: "Le droit au développement comme un droit de l'homme", *Revue des Droits de l'Homme*, 1972, pp. 503-534. A full analysis of the right to development can be found in Gomez Isa, F.: *El derecho al desarrollo como derecho humano en el ámbito jurídico internacional*, Universidad de Deusto, Bilbao, 1999.
 86. Article 22 of the African Charter reads as follows: "All peoples shall have the right to their economic, social and cultural development with due regard to their freedom and identity and in the equal enjoyment of the common heritage of mankind..."
 87. Article 23 states that "all peoples shall have the right to national and international peace and security..."
 88. Article 24 proclaims that "all peoples shall have the right to a general satisfactory environment favorable to their development".
 89. *Las relaciones entre la Unión Europea y los países de la cuenca del Mediterráneo*, Coordinadora de ONGs para el Desarrollo, Madrid, 1996.
 90. Simma, B.; Aschenbrenner, J.B. and Schulte, C.: "Human Rights Considerations in the Development Cooperation Activities of the EC", in Alston, P. (Ed.): *The EU and Human Rights*, Oxford University Press, Oxford, 1999, pp. 571-626
 91. Brandtner, B. and Rosas, A.: "Trade Preferences and Human Rights", in ALSTON, P. (Ed.): *The EU...*, op. cit., pp. 699-722.
 92. A very accurate criticism can be found in Giongo, A.: *Human Rights and Democracy in European Development Cooperation: The Case of Cuba*, European Master's Degree in Human Rights and Democratisation, University of Padova-University of Deusto 2002-2003.
 93. The UN Committee on Economic, Social and Cultural Rights has stressed that sanctions "always have a dramatic impact on the economic, social and cultural rights... For example, they often cause significant disruption in the distribution of food, pharmaceuticals and sanitation supplies, jeopardize the quality of food and the availability of clean drinking water.... It is thus clear... that insufficient attention is being paid to the impact of sanctions on vulnerable groups...", in E/C.12/1997/8, CESCR, *The relationship between economic sanctions and respect for economic, social and cultural rights*, General comment 8, 12 December 1997, para 3 and 6.
 94. Ruiz Lopez, B. and Ruiz Vieytez, E.J.: "Las políticas de inmigración: la legitimación de la exclusión", *Cuadernos Deusto de Derechos Humanos*, nº 13, 2001.
 95. Amnistía Internacional. *Informe 2003. El pasado dice cosas que interesan al futuro*, EDAI, Madrid, 2003.
 96. It has entered into force very recently, in July 2003.
 97. Nafziger, J.A.R. and Bartel, B.C.: "The Migrant Workers Convention: Its Place in Human Rights Law", *International Migration Review*, Vol. 25, nº 4, 1991; Bonet PEREZ, J.: "La Convención Internacional sobre la Protección de los Derechos de Todos los Trabajadores Migratorios y de sus Familiares", in Gomez Isa, F. (Director) and Perea, J.M.: *La protección...*, op. cit., pp. 309-349.
 98. A general analysis of this issue can be found in Eide, A., Ole Bergesen, H. and Goyer, P. (Eds.): *Human Rights and the Oil Industry*, Intersentia, Antwerp, 2000.
 99. *Business and Human Rights. A Progress Report*, OHCHR, Geneva, January 2000, p. 2.
 100. In Nigeria, a massacre of eighty people took place at Umuechem in November 1990 after Shell had called in the Mobile Police Force, a paramilitary group, for the protection of its installations and its personnel, in Amnesty International: *Nigeria: Time to End Contempt for Human Rights*, AFR 44/14/96, November 1996.
 101. Amnesty International: *Sudan: The Human Price of Oil*, AFR 54/04/00, 3 May 2000.
 102. *Relación entre el disfrute de los derechos económicos, sociales y culturales y el derecho al desarrollo, y los métodos de trabajo y las actividades de las empresas transnacionales*, Resolución 1998/8, 20 de agosto de 1998.
 103. *Informe del Grupo de Trabajo del periodo de sesiones encargado de examinar los métodos de trabajo y las actividades de las empresas transnacionales sobre su primer periodo de sesiones*, Presidente-Relator: Sr. El-Hadji Guisse, E/CN.4/Sub.2/1999/9, 12 de agosto de 1999, p. 5.
 104. See the reports on the second, third, fourth and fifth periods of sessions, in E/CN.4/Sub.2/2000/12, 28 August 2000; E/CN.4/Sub.2/2001/9, 14 August 2001; E/CN.4/Sub.2/2002/13, 15 August 2002 and E/CN.4/Sub.2/2003/13, 6 August 2003.
 105. Kamminga, M.T.: "Holding Multinational Corporations Accountable for Human Rights Abuses: A Challenge for the EC", in Alston, P. (Ed.): *The EU...*, op. cit., pp. 553-569.
 106. Estas conclusiones foram apresentadas por Geert Laporte na sessão de encerramento da conferência.
 107. Geert Laporte presented these general conclusions at the conference's closing session.